

## **Desobediência ao desemprego ou ação política? Um estudo sobre empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil pós-1980**

Vanessa Moreira Sígolo<sup>1</sup>

### **Resumo**

Esse artigo apresenta um estudo sobre empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil, fenômeno que surge no país no contexto da redemocratização após a ditadura militar e também da grave crise econômica das décadas de 80 e 90. Como forma de resistência ao desemprego, diante do crescimento acentuado de falências de empresas, trabalhadores ocupam, resistem e recuperam coletivamente as fábricas nas quais trabalhavam. Nas décadas posteriores, o fenômeno ocorre em outros países latino-americanos, tornando-se conhecido no contexto da profunda crise enfrentada na Argentina em 2001. A recuperação de empresas e a autogestão do trabalho não são novidades na trajetória de resistência dos trabalhadores na história. Retomar os fios que ligam as experiências contemporâneas às lutas do passado em busca de analisar os significados políticos dessas experiências e apresentar os principais resultados de pesquisa realizada com as empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil na atualidade são os objetivos desse trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho; Ação Política; Empresas Recuperadas por Trabalhadores; Autogestão; Brasil.

### **Abstract**

This article presents a study about worker-recovered enterprises in Brazil: a phenomenon which arises in the country in the context of re-democratization after military dictatorship and a serious economic crisis in the 1980s and 1990s. As a form of resistance to unemployment, facing increased growth in enterprises bankruptcy, workers occupy, resist and collectively recover, the factories where they worked. In the subsequent decades, the phenomenon took place in other Latin American countries, becoming known in the context of the deep crisis that confronted Argentina in 2001. The recovery of enterprises and workers' self-management are not novel in the historical trajectory of workers' resistance. The objectives of this paper are: to reconnect these contemporary experiences with the struggles of the past in search of an analysis of the political meanings of these experiences; and to present the primary results of research conducted with worker-recovered enterprises in Brazil today.

**Keywords:** Work; Political Action; Worker-recovered Enterprises; Self-management; Brazil.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo - USP, mestre pelo Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina da USP, graduada em Ciências Sociais, por esta mesma universidade, e em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Atua em projetos de extensão universitária e pesquisas relacionadas à sociologia política e do trabalho, com os temas: autogestão, trabalho associado, empresas recuperadas por trabalhadores, movimentos sociais, ação política, economia solidária e educação popular. É membro do Núcleo de Economia Solidária - NESOL USP, desde 2003. Com bolsa CAPES, realiza atualmente estágio doutoral na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* – EHESS.

Após um período de intensa atuação de movimentos sociais contra a ditadura militar, pela redemocratização do Brasil e de grandes manifestações populares pela realização de eleições diretas no país, as *Diretas-Já*, a abertura do regime político foi sucedida por uma grave crise econômica, no final dos anos 1980 e mais intensamente durante os anos 1990. As transformações políticas e econômicas ocorridas a partir da crescente integração do Brasil aos processos de mundialização da economia e de implantação de políticas neoliberais<sup>2</sup> geraram um aumento acentuado do número de falências de empresas<sup>3</sup>, que levaram milhares de trabalhadores ao desemprego e ao trabalho precário. Como forma de reação e resistência à perda do trabalho e à pobreza, um fenômeno social surge no país: trabalhadores e trabalhadoras ocupam, resistem e recuperam as fábricas em falência nas quais trabalhavam, e através da luta ou da negociação passam a ter acesso e propriedade de forma coletiva dos meios de produção das antigas empresas.

Na América Latina, o fenômeno das empresas recuperadas por trabalhadores tem no Brasil algumas de suas mais antigas experiências. Com os primeiros casos nos anos 1980, como a recuperação de uma fábrica de fogões no Rio Grande do Sul, a ocupação e recuperação de uma mineradora de carvão em Santa Catarina e, já no início dos anos 1990, as greves e as disputas pela terra e pelo controle de uma usina de cana-de-açúcar na Zona da Mata de Pernambuco<sup>4</sup>, o número de experiências se multiplicou ao longo desta década, em diversas regiões do país, envolvendo os mais diferentes setores produtivos.

Em anos posteriores, o fenômeno das empresas recuperadas por trabalhadores tomou importantes dimensões na Argentina, quando se tornou mais conhecido internacionalmente, após a crise de 2001, gerada pelo grave desequilíbrio econômico resultante de reformas de cunho neoliberal. Recuperações de empresas pelos trabalhadores também surgiram em outros países latino-americanos, como Uruguai, Venezuela, Paraguai, Bolívia e México.

---

<sup>2</sup> Uma retomada atual da história do neoliberalismo no Brasil pode ser vista nas análises de Paulani, L. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*, São Paulo, Boitempo, 2008.

<sup>3</sup> Segundo dados do Serasa (empresa que contabiliza falências e concordatas), em 1996, p.e., foram verificadas 48.169 requisições de falência no país, quadruplicando os números registrados nos primeiros anos da década, os mais antigos disponíveis. <http://www.serasa.com.br>. Acesso: abril/2011.

<sup>4</sup> Estes são os casos: Wallig Fogões, Cooperminas e Usina Catende, respectivamente.

### *Em busca dos fios da história*

“O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. (...) Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente.”  
(Walter Benjamin, 1994: p. 223)

A ocupação e recuperação de fábricas pelos trabalhadores é um fenômeno que remonta às mudanças nos processos produtivos e nas relações de trabalho provocadas a partir da primeira revolução industrial na Europa. No início da história do movimento operário, casos de recuperação de empresas já haviam chamado a atenção de Friedrich Engels, que ao completar o terceiro volume da obra *O Capital*, de Karl Marx, incluiu uma nota de rodapé na qual relata o caso de uma fábrica que, após ir à bancarrota, havia sido recuperada por seus próprios ex-trabalhadores, com a criação de uma cooperativa de trabalho:

“Em um caso de meu conhecimento, um fabricante falido após a Crise de 1868 tornou-se empregado assalariado de seus próprios ex-trabalhadores. A fábrica depois da bancarrota foi recuperada por uma cooperativa de trabalho e o antigo proprietário foi empregado pela cooperativa como dirigente. FE.”<sup>5</sup>

Outros casos mais conhecidos ocorreram durante a Comuna de Paris (1871), analisados à época por Karl Marx, em alguns de seus textos, entre eles: *A Guerra Civil na França*, escrito no mesmo ano de 1871 (Marx, 2011). Cabe apontar que esses casos foram precedidos pela experiência dos “*ateliês nacionais*”, criados pelo Estado francês e dirigidos pelos operários após a Revolução de 1848, como forma de reação à crise econômica e ao desemprego.

Nessa trajetória da história de luta dos trabalhadores nos países europeus, incluem-se as ocupações ocorridas na década de 1920 em Turim, a partir dos conselhos de fábricas, com os quais atuou Antonio Gramsci.<sup>6</sup> Posteriormente, há referências sobre casos ocorridos em diferentes países: na Guerra Civil Espanhola (1936); na Iugoslávia,

---

<sup>5</sup> Nota de rodapé no. 77, assinada F. E (Friedrich Engels), no cap. XXIII, do volume III, p. 289 (Marx, 1983).

<sup>6</sup> Nos Escritos Políticos, vol. 1, encontram-se, entre outros, os artigos: “Democracia Operária”, “O Conselho de Fábrica” e “O movimento turinense dos conselhos de fábrica”, que tratam do tema. (Gramsci, 2004).

no pós-guerra (1950); na França, após os movimentos de contestação de “maio de 68”; na chamada “Revolução dos Cravos”, em Portugal (1974), entre outros casos que ao longo do século XX chamaram a atenção de militantes e autores socialistas marxistas, autonomistas, cooperativistas e libertários.

Após isso, os anos 70 na Europa foram marcados pelo grande debate político e também por algumas experimentações de recuperação e auto-organização dos trabalhadores. No contexto de crítica ao regime soviético e de revisão do pensamento socialista, destaca-se a proeminência do tema da democracia operária, do controle operário e da autogestão dos trabalhadores no movimento sindical e entre grupos e intelectuais socialistas.

O termo “autogestão” como analisa Claudio Nascimento (2008) surge como conceito nos anos 1950, apresentado pelo partido comunista iugoslavo, através da palavra servo-croata “*samoupravjle*”, sendo traduzido por dicionários franceses na década de 1960. A propagação mais ampla do termo se deu principalmente após o “Maio de 68” na França, com militantes e autores franceses, alguns deles envolvidos no conhecido grupo “Socialismo ou Barbárie”<sup>7</sup>, que tiveram papel fundamental para a consolidação e a divulgação do conceito.

Na França, esse debate teve uma de suas mais fortes expressões no período e foi marcado pela criação do mais emblemático caso de empresa recuperada por trabalhadores da história recente do país: a LIP<sup>8</sup>, uma fábrica de relógios localizada em Besançon.<sup>9</sup> A grande repercussão dessa história de luta e a solidariedade que provocou na época (mobilizando diversos voluntários de diferentes regiões da França e de países estrangeiros para ajudar a recuperar a fábrica) permanecem até a atualidade na memória coletiva dos franceses.<sup>10</sup>

O debate sobre a autogestão dos trabalhadores na França envolveu diferentes vertentes políticas do movimento operário na época, como o sindicalismo cristão, o

---

<sup>7</sup> Grupo socialista libertário francês, organizado no pós-guerra até os anos 60, no qual atuou Cornelius Castoriadis, Guy Debord, Daniel Mothé, entre outros.

<sup>8</sup> Sobre a história da LIP, há poucos anos foi lançado o interessante documentário: *Les LIP, l’imagination au pouvoir*, realizado por Christian Rouaud, de 2007, com diversos depoimentos atuais e imagens da época.

<sup>9</sup> Por curiosidade, Besançon é a cidade natal de Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon e Victor Hugo.

<sup>10</sup> Recentemente, em 16 de novembro de 2013, participei de encontro foi realizado em Besançon para a celebração dos 40 anos da experiência da LIP, organizado por sindicatos e associações que apoiam a autogestão, com exposições e debates sobre a experiência. Fonte://www.autogestion.asso.fr/?p=3573

marxismo e o anarquismo. No campo sindical, destaca-se o papel da CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) na disseminação do debate político, com impactos importantes na renovação do sindicalismo francês e também com repercussões no movimento operário internacional, inclusive brasileiro.<sup>11</sup>

O debate teórico-político socialista envolveu diferentes perspectivas, do austro-marxismo e trotskismo às vertentes anarquistas e libertárias. Um destaque cabe ao livro de Yvon Bourdet e Alan Guillerme (1976) sobre as experiências de autogestão, com uma pioneira publicação sobre o tema lançada no Brasil, em 1976. Entre os autores importantes do período, Ernest Mandel (1977) afirma que a luta pela autogestão dos trabalhadores esteve presente em toda a história do movimento operário, sendo central na definição de uma determinada compreensão do socialismo, com destaque fundamental para a democracia operária. Em um texto publicado em 1971 na revista francesa *Autogestion et Socialism*, René Berthier (2002) destaca que: “autogestão é, antes de tudo, o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores.” (p. 61) Somam-se também as análises de Henri Lefebvre (1966), da autogestão como a “abertura aos possíveis”; de Daniel Mothé<sup>12</sup> (1980), sobre os níveis de autogestão da fábrica ao conjunto da sociedade; e de as análises de experiências históricas de Daniel Guérin (1969), pelo marxismo libertário e o comunismo autogestionário, entre outros.

A partir desses autores é possível reconhecer no debate socialista e marxista do período uma retomada do pensamento do chamado jovem Marx, da centralidade da denúncia à exploração, opressão e alienação presente no trabalho assalariado e subordinado capitalista, que marca o início da sua obra. Com destaque para os Manuscritos de Paris, de 1844, no qual o autor afirma que: “a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação.” (Marx, 2004 : p.89)

---

<sup>11</sup> Conforme relata Claudio Nascimento, a CFDT teve papel importante no acolhimento da Oposição Sindical brasileira no exílio, propiciando o avanço do debate da democracia operária dentro das fábricas no contexto da grande onda da autogestão na França, o que seria retomado no Brasil após a ditadura militar.

<sup>12</sup> Conforme a análise de Daniel Mothé (pseudônimo utilizado por Jaques Gautrat, ex-operário da Renault), é possível identificar diferentes níveis da luta por autogestão, que existem isoladamente ou articulados: a luta pela superação do taylorismo na própria atividade de produção do trabalhador, a cooperação entre os trabalhadores, a gestão coletiva de oficinas de produção, a gestão coletiva da empresa e a gestão coletiva do conjunto da sociedade. (Mothé, 1980)

Com inspiração nesses escritos e nos acontecimentos de Maio de 68 – momento em que a França viveu grandes questionamentos sobre a ordem política, econômica e social –, bem como a intenção de contrapor o discurso socialista do regime autoritário soviético, o debate político sobre a auto-organização dos trabalhadores teve um momento marcante nos anos 1970, quando se disseminou, especialmente na França, o conceito de autogestão.

Após essa importante trajetória de experiências, houve um refluxo dos casos e do debate político sobre o tema na Europa nas décadas seguintes, em contraste com um crescimento de experiências e do debate sobre autogestão na América Latina, como indicam as análises de Nascimento (2003), Mothé (2005), Singer (2012) e Faria (2013).

Contudo, é importante destacar que o estudo das experiências na história indica que a ocupação e a recuperação de fábricas foi uma das importantes expressões da reação e da resistência dos trabalhadores à crise econômica e à exploração capitalista do trabalho nos países de origem do capitalismo industrial. Em diversos momentos da história encontram-se experiências nas quais, como forma de desobediência ao desemprego e/ou como parte da ação política em contextos de movimentos e revoluções sociais, a auto-organização dos trabalhadores, pela restituição do status de produtores diretos, em substituição ao trabalho assalariado e subordinado capitalista, foi colocada em prática.

Para compreender o significado dessas experiências na história de resistência e luta dos trabalhadores, é necessário tecer os fios entre os casos de recuperação de empresas atuais e o passado do movimento operário, como também o passado das lutas dos povos oprimidos dos países colonizados e na periferia do sistema capitalista.

Finalmente, antes de tratar dos casos brasileiros, é importante destacar que no contexto de crise econômica atual na Europa e frente às novas políticas de austeridade, o debate da recuperação e autogestão de empresas pelos trabalhadores retoma a sua atualidade, inclusive com o registro do surgimento de novos casos em diferentes países europeus, como a França, a Itália, a Grécia, a Espanha, a Turquia e a Irlanda.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Na última década, há registro do surgimento de casos de recuperação de empresas pelos trabalhadores também em outras regiões do mundo, além dos casos já citados na América Latina, surgem casos nos Estados Unidos, no Canadá, no Egito, na Tailândia e na Indonésia. (Henriques et al., 2013)

### *A pesquisa nacional*

No Brasil, a ocupação e a recuperação de empresas por trabalhadores, no início dos anos 1990, começam a chamar a atenção da academia. Surgem algumas primeiras pesquisas que, em sua maioria, realizam estudos de casos.<sup>14</sup> Nos anos 2000, ocorrem os primeiros esforços de investigação com uma maior abrangência de casos em busca de uma compreensão mais ampla do fenômeno.<sup>15</sup> Todavia, ainda são limitados os estudos sobre o tema, e se mantêm muito atuais os debates e pesquisas que buscam compreender as tensões e modificações criadas nas relações de trabalho e nos processos de produção frente à organização fordista/taylorista, como também as análises sobre o significado político das experiências diante dos processos de reprodução do sistema capitalista e das lutas sociais do nosso tempo.

Com o intuito de buscar novas informações sobre as experiências, conhecer suas características e construir uma visão mais abrangente, aprofundada e atual dos casos no Brasil, em 2011 e 2012, realizamos o primeiro levantamento nacional das experiências brasileiras.<sup>16</sup> Um dos primeiros desafios da pesquisa foi o mapeamento das experiências existentes no Brasil para a realização da pesquisa de campo, uma vez que as informações e listagens existentes eram imprecisas e desatualizadas.<sup>17</sup> Além disso, foi necessário definir os critérios para a delimitação dos casos que comporiam o universo da pesquisa, permitindo a inclusão da diversidade de processos de recuperação e formas coletivas de manutenção das empresas, a partir da análise de casos concretos.<sup>18</sup> Outra questão importante se referiu à identificação dos casos em que o controle da empresa estivesse sob a forma coletiva e com os trabalhadores,

---

<sup>14</sup> Entre os estudos, estão: Sardá de Faria, 1997; Esteves, 2004; Marques, 2006 e Kleiman, 2008.

<sup>15</sup> São eles: Vieitez e Dal Ri, 2001 e Taulle *et al.*, 2005.

<sup>16</sup> Projeto de Pesquisa intitulado “Fábricas e Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores: Diagnóstico das Experiências Brasileiras”, realizado por pesquisadores de 10 universidades brasileiras: UNICAMP, UFRJ, USP, UFOP, CEFET- NI, UFPB, UFVJM, UFSC, Unesp Marília e UFRN, com financiamento do CNPq, 2011-2012.

<sup>17</sup> Foram utilizadas as bases de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), da Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL Brasil), teses e artigos acadêmicos e indicações das próprias entrevistas.

<sup>18</sup> Entre os critérios utilizados estão: a falência ou encerramento das atividades da antiga empresa; a ocorrência de luta e/ou negociação, com a participação de trabalhadores da antiga empresa; acordo para a aquisição de maquinários e instalações; etc.

sendo que foram incluídos no universo de estudo os casos em que houve a autodeclaração de que a empresa atua sob gestão coletiva dos trabalhadores.

Por esses critérios, foram identificadas 145 casos de empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil<sup>19</sup>, sendo que 67 casos encontram-se em funcionamento na atualidade. A pesquisa de campo foi realizada em 56 empresas, nas quais foram feitas entrevistas com grupos de trabalhadores (da diretoria e da produção) e abordados os seguintes temas: dados gerais da empresa, processo de recuperação, produção e tecnologia, relação com o mercado e crédito, aspectos jurídicos, perfil dos trabalhadores, relações de trabalho, educação, seguridade social e segurança do trabalho, relação com sindicatos e movimentos sociais, relação com o Estado, entre outras questões.

Conforme apresentado na publicação final da pesquisa: *Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil (2013)*<sup>20</sup>, como características principais, as empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil são organizações na maior parte urbanas do setor industrial (sendo quase a metade do ramo da metalurgia, seguido pelo têxtil/confecção, alimentício/laticínio e da indústria química e de plástico<sup>21</sup>), concentradas nas regiões mais industrializadas do país (sudeste e sul, especialmente nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul), apesar da ocorrência de casos também no nordeste e norte do país.

As empresas recuperadas, em mais da metade dos casos, são formadas por até 100 trabalhadores (configurando-se em pequenas e médias empresas)<sup>22</sup>, nas quais atuam cerca de 12 mil trabalhadores, principalmente homens (80%), com escolaridade até o ensino médio. Dentre os trabalhadores que realizaram a luta pela recuperação – que envolveu em vários casos algum tipo de medida de força (ocupação e/ou acampamento) –, a grande maioria era do setor da produção, ou seja, do “chão de fábrica”, e que haviam participado anteriormente de atividades sindicais. Contudo,

---

<sup>19</sup> Documentos da Associação Nacional de Empresas de Autogestão relatam que trabalhadores de 767 empresas em falência estiveram em contato com a entidade nos anos 1990, em busca de apoio para recuperações. (Fonte: Arquivos ANTEAG)

<sup>20</sup> Para os resultados completos da pesquisa, ver: Henriques *et al.* 2013.

<sup>21</sup> Além desses, a pesquisa identificou casos nos ramos: hotelaria, sucroalcooleiro, papel, calçados, cerâmica, moveleiro, educação e mineração.

<sup>22</sup> Cabe ressaltar que há 26 casos com mais de 100 trabalhadores, sendo que em apenas 4 deles (6% das empresas) há mais de 500 trabalhadores.

conforme dados coletados na pesquisa, a sindicalização dos trabalhadores não significou a presença dos sindicatos no apoio a muitos dos casos de recuperações.

Os sindicatos apenas posteriormente, no final da década de 90, passariam a tratar o tema de forma mais frequente no debate político. Iniciariam a atuação com as empresas recuperadas por trabalhadores, as cooperativas e o conjunto de experiências autogestionárias identificados como economia solidária, como parte da busca pragmática de novas estratégias para enfrentar os novos desafios do sindicalismo, com as transformações do mundo do trabalho e a crise do emprego formal dos anos 90. Todavia, as restrições a essa abertura são verificadas na última década, no contexto do crescimento do mercado formal de trabalho no país e da emergência de um novo cenário político com a eleição em três mandatos do Partido dos Trabalhadores - PT. Nesse novo cenário, as experiências de autogestão, cooperativismo e economia solidária perdem seu sentido estratégico e voltam a ser tema marginal no debate e na ação sindical.<sup>23</sup>

Os relatos coletados na pesquisa também apontaram a ausência de apoio do poder público na grande maioria dos processos de recuperação pelos trabalhadores. Além disso, indicam que a maior parte das recuperações de fábricas ocorreu durante os anos 90 até os primeiros anos da década de 2000. Sendo que a emergência das experiências ocorreu em sua grande maioria sem qualquer articulação entre os casos, que surgiram em diferentes regiões do país. Todavia, os relatos destacam relações estabelecidas entre os trabalhadores e organizações e movimentos sociais, muitas vezes oriundos das Oposições Sindicais (com a importante experiência anterior das comissões de fábricas) e de grupos religiosos ligados à Teologia da Libertação (com a forte atuação de apoio à organização e à formação política de trabalhadores durante a ditadura militar), por vezes articulados também a organizações e militantes do movimento sindical e socialista de outros países.

Nesse sentido, a desobediência ao desemprego e a reação defensiva à crise é a primeira dimensão que se explicita dos relatos dos trabalhadores sobre as histórias de recuperação. Todavia, a análise mais detalhada das experiências indicam elementos do

---

<sup>23</sup> Uma análise interessante a partir da perspectiva da CUT (Central Única dos Trabalhadores), principal central sindical do país, sobre a relação entre o sindicalismo e as empresas recuperadas por trabalhadores, as cooperativas e a economia solidária encontra-se em: Ferraz, Marcos (2013), *Disritmia, Sindicalismo e Economia Solidária no interior da CUT*, Dourados, Editora UFGD.

processo de “autofazer-se” dos trabalhadores na história, como propõe E. P. Thompson no estudo sobre a formação da classe operária inglesa. No Brasil, a crise econômica teve importante papel na emergência da ação dos trabalhadores na ocupação e recuperação de empresas, mas ela não explica por que alguns trabalhadores se engajaram nessa luta, entre tantos outros que viveram o desemprego no período. Estes outros elementos, revelados nas relações políticas desenvolvidas pelos trabalhadores, são as pistas mais importantes para a compreensão da emergência do fenômeno no Brasil e de seu significado político.

Após o surgimento dos casos pioneiros, o processo de articulação desses casos com o apoio de ex-sindicalistas e militantes deu origem em 1994 à primeira organização de representação e assessoria às empresas recuperadas: a Associação Nacional de Empresas de Autogestão – ANTEAG. Esta associação passou a atuar no apoio aos trabalhadores autogeridos nos crescentes processos de disputa pela massa falida das antigas empresas (Nakano, 2003; Verardo, 2008; Faria, 2012), enfrentando a resistência do sindicalismo ao tema, pouco compreensível a uma visão do trabalho focada na relação patrão-empregado.

Esse cenário se modificou a partir do final dos anos 90 e início dos anos 2000, como já citado, sendo parte da reação dos sindicatos diante da crise do trabalho assalariado, somando-se também a pressão dos trabalhadores e o crescimento da exposição e conhecimento sobre o êxito dos casos de recuperação. Com isso, as empresas recuperadas e as cooperativas conquistam um espaço no debate sindical<sup>24</sup>, sendo que em 1999 é criada pelos sindicatos dos metalúrgicos e dos químicos do ABC a UNISOL São Paulo, com estreita relação com a luta pela recuperação da Uniforja, em Diadema, no estado de São Paulo. Em 2004, com o apoio da CUT Nacional, foi criada a UNISOL BRASIL, que passou a atuar na representação política e na assessoria aos trabalhadores de empresas recuperadas e cooperativas.

Outro caso importante no panorama político das empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil se refere ao Movimento das Fábricas Ocupadas, que surge em 2002, com a ocupação das empresas CIPLA e Interfibras. Essas se diferenciam pela defesa da estatização das empresas sob o controle operário, como ocorre no caso da

---

<sup>24</sup> Em 1997, relata Pereira (2011), o tema do cooperativismo emerge de forma mais intensa e com novos significados estratégicos nos debates da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Flaskô, única empresa que permanece em atividade, uma fábrica de embalagens plástica, localizada em Sumaré, no estado de São Paulo, ocupada pelos trabalhadores em 2002, após o decreto de falência da empresa.

É fundamental destacar os dados encontrados na pesquisa que revelam melhorias nas condições de vida dos trabalhadores ao recuperarem o status de produtores diretos e a propriedade coletiva da empresa. O primeiro deles se refere ao fato de que 85% das empresas (57 casos) se formalizaram como cooperativas após a recuperação pelos trabalhadores, o que aponta uma mudança significativa relacionada à ampliação da estabilidade do trabalho, uma vez que nesses casos foi formalizada, com diferentes extensões, a propriedade coletiva da empresa.

Como contraponto, buscando investigar mais profundamente a questão da propriedade coletiva na empresa e a criação ou reprodução de relações de trabalho, é importante analisar o processo, posterior à recuperação, de contratação de novos empregados (não cooperados), gerador de novas desigualdades dentro das empresas, verificado em 16 casos nos quais há mais contratados do que sócios-cooperados. Todavia, essa condição caracteriza atualmente a menor parte dos casos brasileiros, pois em 19 empresas (cerca de 30%) todos são cooperados/sócios, formando um conjunto de aproximadamente 60% dos casos onde há no máximo 10 trabalhadores contratados.

Outro aspecto importante refere-se às mudanças nas relações de produção e na organização do trabalho, que expressam avanços no controle coletivo do trabalho. Na grande maioria dos casos, os trabalhadores indicaram que houve mudanças que se referem principalmente: à descentralização de poder; à ampliação da colaboração entre os trabalhadores; à implantação do rodízio de funções; à maior flexibilidade no trabalho (horários); e à melhoria da relação entre os trabalhadores.

Em contraste com a progressiva elevação da tensão no trabalho no contexto do pós-fordismo financeirizado<sup>25</sup>, destacam-se também os dados sobre a diminuição da pressão e do número de acidentes (destacado em 72% dos casos), justificados pela redução da hierarquia e do controle externo sobre o trabalho e da jornada de trabalho.

---

<sup>25</sup> Diversos estudos atuais apontam a proliferação de graves doenças psíquicas e a elevação de casos de suicídios de trabalhadores, com destaque para as empresas atuantes nos setores de alta tecnologia, como denunciam os trabalhos de Dejours (2008).

Acrescenta-se que 92% dos casos afirmam praticar a autogestão em resposta à questão sobre a sua forma de organização e relatam a criação de mecanismos democráticos de decisão coletiva (assembleias, conselhos etc), com uma frequência mensal em 19 casos, sendo na maioria das empresas maior que uma vez ao ano.

Além disso, há dados que informam sobre a redução da diferença entre as retiradas (“salários”) dentro da empresa: a média da diferença entre a menor e a maior remuneração nas empresas recuperadas é de 4,8 vezes (sendo em 70% dos casos igual ou menor a esse valor). Esses dados distinguem essas empresas das práticas frequentes das empresas capitalistas, especialmente pela ocorrência nas empresas de práticas de definição coletiva da política de remuneração em assembleia e uma maior transparência. Contudo, esse é um dos pontos que diferenciam as experiências brasileiras das argentinas – que se destacam pelo grande número de casos que praticam a retirada igualitária (50% das empresas).<sup>26</sup>

Com relação aos casos argentinos, há também distinções no que se referem à atuação política e comunitária dos trabalhadores das empresas recuperadas na atualidade, mais reduzidas entre as experiências brasileiras. A relação dos trabalhadores extrapolando e rompendo os muros das fábricas tem conferido novos significados ao próprio espaço de trabalho e também trazido elementos importantes aos processos de desapropriação conquistados em alguns casos argentinos. Diferentemente dessa característica marcante das experiências do país vizinho, o estudo indicou um frequente isolamento atual das experiências brasileiras, expresso também no relato frequente dos trabalhadores do contato esporádico ou inexistente com organizações de representação, outras empresas recuperadas, movimentos sociais, partidos políticos e com a própria comunidade do entorno das fábricas.

Para um aprofundamento da análise das experiências brasileiras, indicando caminhos futuros de pesquisa, é fundamental considerar as relações e os atores envolvidos nos processos de emergência dos casos, como também o desenvolvimento histórico e o atual contexto brasileiro. Nesse sentido, na última década e no atual cenário econômico e social do país, com índices mais elevados de emprego formal e a ampliação de políticas públicas sociais, em contraste com a crise dos países do centro

---

<sup>26</sup> Conforme os dados obtidos na última pesquisa realizada em 2010, há 205 empresas recuperadas por trabalhadores na Argentina (Ruggeri *et al.*, 2011).

do sistema capitalista, identifica-se no Brasil uma redução no surgimento de novos casos de recuperação. Esse fato deve ser analisado juntamente com os impactos da nova lei de falências aprovada em 2005 no país, que gerou uma grande controvérsia entre juristas e militantes com relação aos novos mecanismos que ela cria para a continuidade da empresa anterior e suas consequências na redução de possibilidades para a recuperação da empresa pelos trabalhadores.

Acrescenta-se que o incentivo à formação e à manutenção de empresas autogeridas pelos trabalhadores tem tido uma atenção bastante marginal do governo brasileiro, mesmo reconhecendo que as políticas públicas existentes nos três governos do Partido dos Trabalhadores – PT são conquistas importantes resultantes da pressão, da mobilização e do trabalho de muitas organizações e militantes, incluindo os trabalhadores de empresas recuperadas, das cooperativas e dos empreendimentos informais da economia solidária.<sup>27</sup>

Em contraste ao cenário atual brasileiro, no contexto das novas crises sociais, econômicas e ambientais do capitalismo contemporâneo mundial, as experiências de recuperação de empresas têm sua atualidade reforçada nos países do centro do capitalismo. O registro do surgimento de novos casos de recuperação pelos trabalhadores nos países europeus e as novas relações e intercâmbios estabelecidos entre as experiências de diferentes países, nos quais a trajetória de recuperações de empresas pelos trabalhadores latino-americanos tem inspirado e apoiado a luta atual dos trabalhadores europeus<sup>28</sup>, indicam possíveis novas formas de ação política dos trabalhadores.

Por fim, em meio a diversas contradições, as experiências de autogestão, ao expressarem na atualidade a possibilidade concreta de restituição aos trabalhadores do status de produtores diretos, colocam em questionamento elementos centrais da reprodução do sistema capitalista: o trabalho assalariado/subordinado e a propriedade

---

<sup>27</sup> Como a Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE e o Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - PACEA/BNDES.

<sup>28</sup> A Fralib, empresa ocupada pelos trabalhadores em Marseille (cuja planta foi fechada e transferida para a Polônia pela Unilever, com quem disputa judicialmente a marca de chás Elephante), recentemente organizou, com organizações de diversos países, o I Encontro Regional “Economia dos Trabalhadores”, com trabalhadores de empresas recuperadas latino-americanas e europeias, militantes e pesquisadores.

privada capitalista, temas cujo debate se mantém imprescindível para a humanidade e para a pesquisa sociológica.

### Referências Bibliográficas

Benjamin, Walter (1994), *Obras Escolhidas I – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ática.

Berthier, René (2002), *Autogestão e Anarquismo*. São Paulo: Editora Imaginário.

Dejours, Christophe (2008), “Novas formas de servidão e suicídio” in Ana Mendes, *Trabalho e saúde*. Curitiba: Juruá, 58-72.

Esteves, Egeu (2004), *Sócio, Trabalhador, Pessoa: negociações de entendimento na construção cotidiana de uma autogestão industrial*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, USP.

Faria, Maurício Sardá de (2011), *Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: Avatares do Trabalho e do Capital*. Florianópolis: UFSC.

Faria, Maurício Sardá de (1997), “... se a coisa é por aí, que autogestão é essa?” *Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.

Guérin, Daniel (1969), *Pour un marxisme libertaire*, Paris: Laffont.

Guillerm, Alan; Bourdet, Yvon (1976), *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Gramsci, Antonio (2004), *Escritos Políticos*, vol.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Henriques, Flávio Chedid; Sígolo, Vanessa Moreira; Rufino, Sandra; Araújo, Fernanda; Nepomuceno, Vicente; Giroto, Mariana; Paulucci, Maria Alejandra; Rodrigues, Thiago; Rocha Maira; Faria, Maurício Sardá de (2013), *Empresas Recuperadas por trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco.

Kleiman, Fernando (2008), *Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco*. São Paulo: Annablume; Recife: Fetape; Brasília: Contag.

Lefebvre, Henri (1966), "Problèmes théoriques de l'autogestion", *Autogestion*, no. 1, Paris: Anthropos, p. 3-7.

Löwy, Michael (2005), *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo.

Löwy, Michael (2002) *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes.

Mandel, Ernest (1973), *Contrôle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion 3*, Antologie, Paris: FM/Pouche Rouge.

Mandel, Ernest (1977) "Sobre a Democracia Operária", *A Luta pela democracia socialista na União Soviética*. Lisboa: Antídoto.

Marques, Paulo (2006), *Trabalho Emancipado / Empresas recuperadas pelos trabalhadores: A experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFRGS.

Marx, Karl (1983), *O Capital*, I, São Paulo: Editora Abril.

Marx, Karl (2004), *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Marx, Karl (2011), *A Guerra Civil na França*, São Paulo: Boitempo Editorial.

Mothé, Daniel (1980), *L'autogestion gouthé a gouthé*. Paris: Editions du Centurion.

Mothé, Daniel (2005), "Balanço crítico do conceito de autogestão na França" in Sylvia Leser de Mello (org.), *Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais*. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 102-118.

Nakano, Marilena (2003), "Anteag: autogestão como marca" in Paul Singer; André Souza (org.) *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

Nascimento, Claudio (2003), "Socialismo autogestionário" in Antonio David Cattani (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.

Nascimento, Claudio (2007), "Autogestão: Palavra e Ideia" in Sylvia Leser de Mello; Vanessa Moreira Sígolo; Estela Maria Barbieri, *Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais*, 2, São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 29-46.

Oliveira, Francisco Maria Cavalcanti; Paoli, Maria Célia. (orgs.) (1999), *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Brasília: NEDIC/Vozes.

Pereira, Maria Cecília (2011). *Relações complexas: sindicalismo e autogestão em debate*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp.

Ruggeri, Andres et al. (2011), *Las empresas recuperadas en la Argentina, 2010: informe del Tercer Relevamiento de Empresas Recuperadas por sus Trabajadores*. Programa Facultad Abierta, Buenos Aires: Chilavert Artes Gráficas.

Singer, Paul (2012), "A construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo", Consultado a 21.05.2013, em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/textos-paul-singer.htm>.

Tauille, José Ricardo et al.(2005), *Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massa Falida*. Brasília: MTE/ IPEA/ANPEC/SENAES.

Thompson, Edward Palmer (1989) *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica.

Verardo, Luigi (2008). "Refletindo sobre a organização". Texto para debate interno: FBES.

Vieitez, Candido Giraldez; Dal Ri, Neusa Maria, (2001), *Trabalho Associado: Cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DPA.